

O Desafio da Filosofia Experimental à “Grande Tradição”¹

Stephen Stich
Rutgers University

Kevin Tobia
Yale University

Tradução: Felipe Amaral

1. INTRODUÇÃO

De Platão ao presente, o apelo à intuição desempenhou um papel importante em debates filosóficos. Em um caso típico, um filósofo descreve uma situação, às vezes real, mas mais comumente imaginária, e pergunta se algumas das pessoas, objetos ou eventos na situação descrita possuem alguma propriedade ou relação filosoficamente interessante. Quando as coisas correm bem, tanto o filósofo quanto sua plateia concordarão com uma resposta, com pouca ou nenhuma reflexão consciente, e tomarão a resposta como óbvia. A resposta será então usada como evidência a favor ou contra alguma tese filosófica. Os juízos espontâneos que os participantes produzem em casos deste tipo são casos paradigmáticos de intuições filosóficas.

Exemplos desta estratégia de argumentação podem ser encontrados nos escritos de muitos filósofos historicamente importantes. Aqui está uma passagem bem conhecida da *República* de Platão na qual Sócrates usa a estratégia em um diálogo sobre a natureza da justiça:

1 Parte do material deste trabalho aparece em Stich e Tobia (no prelo), Stich e Tobia (2016) e Stich (no prelo).

Bem dito, Céfalos, eu respondi: mas quanto à justiça, o que é ela? – falar a verdade e pagar suas dívidas – nada mais do que isso? E mesmo para isso não há exceções? *Suponha que um amigo quando em juízo perfeito tenha deixado suas armas comigo e que peça por elas quando não está em seu juízo perfeito, devo devolvê-las a ele? **Ninguém diria que eu deveria ou que estaria certo em fazê-lo, muito menos diriam que eu deveria sempre dizer a verdade a alguém que está em sua condição.***

Você está absolutamente certo, ele respondeu.

Mas então, eu disse, falar a verdade e pagar suas dívidas não é uma definição correta de justiça.

Bastante correto, Sócrates [...]. (PLATÃO, 1892, p. 595, itálico e negrito adicionados)

Na frase em itálico, Sócrates expõe a situação imaginária e apresenta uma questão sobre a justiça. Na frase seguinte (em negrito), ele reporta sua própria intuição e afirma com convicção o que os filósofos contemporâneos tipicamente tomam como dado, a saber que todos que foram confrontados com a questão compartilhariam sua intuição. Céfalos reporta a mesma intuição e concorda que a intuição seria compartilhada por todos. Sócrates então argumenta que a intuição mostra que o relato de justiça que Céfalos forneceu é incorreto.

O apelo às intuições também desempenha um papel importante na filosofia moral contemporânea. Uma das mais discutidas famílias de exemplos são os “problemas do bondinho” (“trolley problems”), introduzidos primeiramente por Philippa Foot (1978) e elaborados por Judith Jarvis Thompson e muitos outros autores. Aqui está uma passagem em que Thompson apresenta uma versão do problema:

Philippa Foot chamou atenção para um problema extraordinariamente interessante. Suponha que você seja o condutor de um bondinho. O bondinho faz uma curva e lá surgem em vista cinco trabalhadores de trilhos, que estão consertando a pista. A pista passa por uma espécie de vale naquele ponto e os lados são íngremes, então você deve parar o bondinho para evitar jogar os cinco homens abaixo. Você pisa nos freios, mas infelizmente eles não funcionam. Agora de repente você vê uma ramificação de pista que vai para a direita. Você

pode virar o bondinho para ela e assim salvar os cinco homens na pista reta à frente. Infelizmente, a Sr^a. Foot organizou as coisas para que haja um trabalhador de trilhos nesta ramificação de pista. Ele não consegue sair da pista a tempo, assim como os cinco também não, então você vai matá-lo se você virar o bondinho para ele. É moralmente permissível você virar o bondinho? Todo mundo a quem apresentei este caso hipotético diz, sim, é. (THOMPSON, 1985, p. 1395)

Experimentos de pensamento semelhantes e as intuições que eles evocam têm sido usados com frequência nos debates contemporâneos sobre o utilitarismo, a doutrina do duplo efeito e uma variedade de outras questões (MIKHAIL, 2011).

Outra família enormemente influente de exemplos pode ser encontrada na epistemologia contemporânea. Desde a antiguidade até o meio do século XX, o mais amplamente aceito relato do conhecimento foi que o conhecimento é a crença verdadeira e justificada (CVJ). Mas em 1963, Edmund Gettier publicou um par de experimentos de pensamento que foram amplamente interpretados como mostrando que o relato CVJ do conhecimento é incorreto. Nos anos que se seguiram, houve literalmente centenas de trabalhos apresentando outros casos de tipo Gettier e tentando substituir o relato CVJ por um relato que capture melhor nossas intuições sobre esses casos.² Aqui está um exemplo de um caso de Gettier de Jonathan Weinberg e colegas (2001) ao qual teremos ocasião de voltar mais tarde:

Bob tem uma amiga, Jill, que dirige um Buick há muitos anos. Bob crê, portanto, que Jill dirige um carro americano. Ele não está ciente, no entanto, de que o Buick dela foi roubado recentemente e ele também não está ciente de que Jill o tenha substituído por um Pontiac, que é um tipo diferente de carro americano. Bob sabe realmente que Jill dirige um carro americano, ou ele só crê nisso? (WEINBERG *et al.*, 2001, p. 443)

Filósofos que são apresentados a casos como este tipicamente têm a intuição de que Bob não sabe realmente que Jill dirige um carro americano.

Embora o tipo de apelo à intuição ilustrado nestes três exemplos seja familiar e amplamente utilizado, ele foi submetido a uma série de críticas de figuras históricas incluindo Henry

2 Para um panorama detalhado de tentativas iniciais, v. Shope (1983).

Sidgwick (1874, 1876) e J.S. Mill (1873), que denunciaram o intuicionismo como “o grande apoio intelectual de doutrinas falsas e más instituições” (MILL, 1873, p. 233). Críticos mais recentes da intuição incluem Robert Cummins (1998), Peter Singer (1974) e Stephen Stich (1988, 1990, 1996). Nos últimos anos, o debate sobre o uso das intuições em filosofia se moveu para a vanguarda da discussão filosófica. Há uma série de razões para o interesse crescente que os filósofos têm mostrado neste debate. Um deles é o fato de que vários filósofos renomados aceitaram o desafio dos críticos e ofereceram defesas sofisticadas da prática filosófica de se basear em intuições como evidência (BEALER, 1998; SOSA, 2007b; WILLIAMSON, 2004, 2005, 2007). Outra é que alguns dos críticos abriram uma nova frente na batalha ao conduzirem experimentos concebidos para explorar os fatores que influenciam os juízos intuitivos diante de experimentos de pensamento filosóficos. Eles também começaram a construir teorias empiricamente fundamentadas dos mecanismos psicológicos e neurológicos subjacentes a esses juízos. O rótulo que tem sido amplamente adotado para este tipo de trabalho é “filosofia experimental” ou “X-Phi”.

Embora a investigação empírica das intuições filosóficas e dos mecanismos psicológicos subjacentes a elas estejam ainda em sua infância, pensamos que em algumas áreas já temos evidências suficientes para concluir que uma concepção venerável da filosofia é insustentável. A filosofia foi muitas vezes retratada como uma disciplina autônoma que poderia ser feita “na poltrona” (*in the armchair*). Em algumas versões desta posição, a intuição fornece uma importante fonte de evidência para a construção de teorias filosóficas, e a investigação empírica é desnecessária ou irrelevante. O que o trabalho da filosofia experimental já demonstrou, acreditamos, é que, para um número crescente de projetos filosóficos, esse quadro é indefensável. Nesses projetos, a intuição não deve ser aceita como evidência sem um exame empírico cuidadoso. Aqueles que continuam a praticar “a filosofia de poltrona”, nessas áreas, como aqueles que dependem de evidências problemáticas em outros domínios intelectuais, estão sendo intelectualmente irresponsáveis. *Muito enfaticamente nosso ponto de vista não implica que intuições nunca devam ser usadas como evidência em filosofia.* Em vez disso, o que ele afirma é que não podemos saber em quais intuições devemos confiar sem fazer o tipo de pesquisa empírica que não pode ser feita da “poltrona”. O apelo responsável à intuição, nestas áreas, deve ser guiado por uma pesquisa empírica cuidadosa. Assim, nessas áreas, e seu número está crescendo, a filosofia de poltrona é insustentável; X-Phi deve ter um lugar à mesa.

correta em um número substancial de domínios filosóficos? Estamos inclinados a pensar que seria muito importante. E nesse ponto estamos em total acordo com Gary Gutting, que é um dos principais defensores do uso da intuição em filosofia:

Nosso desacordo sobre a natureza e a autoridade epistêmica das intuições é em sua raiz uma batalha pela preservação da filosofia como um campo autônomo de investigação [...] Naturalistas [...] argumentam que intuições filosóficas não fornecem acesso especial à realidade [...] Isso é sem dúvida coerente com o termo ‘filósofo’ continuar a denotar uma classe sociológica da intelligentsia; poderia, por exemplo, ser usado para se referir a pessoas que trabalham no nível mais alto de teorização abstrata ou pessoas com um interesse particular em especulações interdisciplinares. *Mas não é consistente com a sobrevivência da busca da verdade filosófica no mesmo sentido em que os filósofos da grande tradição de Platão a Kant a entenderam.* (GUTTING, 1998, p. 7-8, ênfase adicionada)

2. O QUE É A FILOSOFIA EXPERIMENTAL?

Como a filosofia experimental estará no centro do restante deste trabalho, devemos começar dizendo como concebemos o campo. O termo “filosofia experimental” não tem uma definição padrão ou amplamente acordada, e autores recentes propuseram relatos muito diferentes de como o termo deve ser usado (KNOBE e NICHOLS, 2008; ROSE e DANKS, 2013; ALFANO e LOEB, 2014; KNOBE, 2016). No uso que preferimos, o termo tem uma extensão ampla e fronteiras muito difusas: a filosofia experimental é o trabalho empírico empreendido com o objetivo de contribuir ao debate filosófico, embora isso, claro, possa não ser o único objetivo. Às vezes, pessoas que fazem filosofia experimental conduzem experimentos, mas às vezes não. A etnografia filosoficamente motivada, como o estudo pioneiro de Richard Brandt sobre a ética Hopi (BRANDT, 1954) e o estudo de John Ladd sobre o código moral dos Navaho (LADD, 1957) certamente contam como filosofia experimental na nossa interpretação do termo. Com efeito, pensamos que Brandt e Ladd podem muito bem ser os primeiros colaboradores importantes à filosofia experimental contemporânea. Muitos filósofos experimentais são filósofos por formação e afiliação profissional, mas alguns dos melhores trabalhos de filosofia experimental têm sido feitos por pessoas que não têm diplomas avançados em filosofia e não lecionam em departamentos de filosofia. O trabalho sobre o altruísmo do psicólogo social Daniel Batson é, em nossa opinião,

um dos melhores exemplos de filosofia experimental até hoje (BATSON, 1991, 2011).

Durante a última década, o termo “filosofia experimental” foi frequentemente usado de uma forma muito mais restrita. Nessa interpretação mais restrita, que iremos adotar no restante deste trabalho, a filosofia experimental é a investigação empírica das intuições filosóficas, dos fatores que as afetam e dos mecanismos psicológicos e neurológicos subjacentes a elas. Essa caracterização da filosofia experimental levanta imediatamente a questão que serve de título à seção seguinte.

3. O QUE SÃO INTUIÇÕES FILOSÓFICAS?

Durante os últimos quinze anos, surgiu uma controvérsia acalorada sobre esta questão, com diferentes filósofos defendendo relatos bastante diferentes (BEALER, 1998; GOLDMAN, 2007; LUDWIG, 2007; PUST, 2000; SOSA, 2007a; WILLIAMSON, 2004; para um panorama útil, v. ALEXANDER, 2012). Pensamos que a melhor maneira de se abordar a questão é focar em casos paradigmáticos – exemplos incontestados do apelo às intuições em argumentos filosóficos como os três que citamos na seção 1.³ Exemplos adicionais podem ser encontrados ao longo da história da filosofia ocidental; são particularmente abundantes em muitas áreas da filosofia “analítica” contemporânea. Aqui está um catálogo bastante breve:

(1) Em metafísica, os debates sobre a identidade pessoal ainda recorrem a intuições sobre o famoso exemplo de Locke do príncipe e do sapateiro, juntamente com uma ampla variedade de casos mais recentes em que cérebros são transplantados, memórias e corpos inteiros duplicados, e pessoas usam teletransportadores de tipo *Star Trek*;

(2) Em ética, além de intuições sobre bondinhos desgovernados, existem experimentos de pensamento envolvendo colheita de órgãos, circos Romanos, interrogatório de assassinos,

3 Talvez fosse melhor dizer “exemplos em grande medida incontestados”, uma vez que em filosofia quase nada é incontestado. Em um livro recente, Herman Cappelen (2012) sustenta que, embora muitos filósofos acreditem que usam intuições como uma importante fonte de evidência, eles estão errados sobre sua própria prática. Voltaremos à posição instigadora de Cappelen no final desta seção. A estratégia de se começar com exemplos (em grande medida) incontestados é endossada por Anna-Sara Malmgren em sua resenha perspicaz do livro de Cappelen (MALMGREN, 2013).

crianças afogadas em banheiras, violinistas cuja sobrevivência exige estar conectado a outra pessoa por nove meses, e uma série de outros casos;

(3) Nas discussões do livre-arbítrio, filósofos comumente recorrem a intuições sobre pessoas trancadas em celas de prisão, pessoas com implantes cerebrais controlados por cientistas malignos, pessoas que não gostam de seus próprios desejos, e uma variedade de outros casos;

(4) Em epistemologia, filósofos apelam para intuições sobre casos de loteria, casos de ceiros falsos e casos de riscos, além de uma aparentemente infinita variedade de casos de Gettier;

(5) Em filosofia da linguagem, filósofos se apoiam em intuições sobre casos sorites, casos de Terra Gêmea, casos de Gödel e casos de artrite, entre muitos outros;

(6) Em outras partes da filosofia da linguagem, ao elaborar a semântica de expressões filosoficamente importantes, as intuições sobre o que uma frase acarreta (ou não acarreta) são cruciais. Por exemplo, Donald Davidson (seguindo Anthony Kenny) argumentou que temos a intuição de que (i) “Jones amanteigou a torrada no banheiro com uma faca à meia-noite” acarreta (ii) “Jones amanteigou a torrada”, e isso apresenta um problema para filósofos que analisariam (i) como contendo um predicado de cinco lugares (DAVIDSON, 1967);

(7) Na filosofia da mente, filósofos recorrem a intuições sobre espectros invertidos, Zumbis, Salas Chinesas e Mary, a neurocientista que nunca viu a cor vermelha;

(8) Na filosofia da ciência, intuições sobre a explicação (a altura do mastro explica o comprimento da sombra, mas o comprimento da sombra não explica a altura do mastro) e a confirmação (um corvo negro confirma a generalização de que todos os corvos são negros, mas um pedaço de giz branco não) desempenham um papel central em sustentar ou desafiar teorias da explicação e da confirmação.

Esta lista, sem dúvida, está longe de completa. Seria uma tarefa fácil adicionar dezenas de exemplos adicionais.

O que as intuições invocadas nesses exemplos têm em comum? Conforme observado anteriormente, quando as coisas vão bem, as pessoas que são perguntadas sobre esses casos encontram-se quase que imediatamente dispostas a oferecer uma resposta, embora não es-

tenham conscientemente cientes de se engajarem em qualquer raciocínio que as levem a essa resposta. Estamos inclinados a pensar que isso é *tudo* o que esses casos têm em comum. Assim, endossamos um relato amplamente inclusivo da intuição filosófica. Sobre este ponto, concordamos com Timothy Williamson, que sustenta que relatos mais restritivos da intuição filosófica não refletem o modo como o termo “intuição” é empregado na filosofia contemporânea:

Embora pudéssemos decidir restringir o termo ‘intuição’ a estados com alguma lista de características psicológicas ou epistemológicas, tal estipulação não explicaria o papel mais promíscuo que o termo desempenha na prática da filosofia. (WILLIAMSON, 2007, p. 218)

Sem dúvida, *poderia* ser o caso que a maioria ou todos os estados mentais que os filósofos chamaram de “intuições filosóficas” compartilham propriedades psicológicas interessantes que não podem ser detectadas sem um trabalho empírico cuidadoso. Mas em um recente artigo importante, Jennifer Nado (2014) argumenta que este não é o caso. Nado analisa um crescente corpo de evidências científicas que sugerem que “os estados mentais que são geralmente supostos estar na categoria da ‘intuição’ provavelmente compõem um grupo altamente heterogêneo; do ponto de vista da psicologia ou da neurociência, de fato, as ‘intuições’ parecem ser geradas por vários tipos de processos mentais fundamentalmente diferentes” (p. 15).

A maioria dos filósofos que propõe relatos restritivos da intuição filosófica não se preocupa com o fato de que suas caracterizações da intuição excluam estados mentais que outros filósofos chamaram de “intuições”. Seu objetivo não é explicar o que Williamson descreve como o papel “promíscuo” que o termo “intuição” desempenha na prática da filosofia. Tipicamente, aqueles que oferecem relatos restritivos da intuição estão tentando *defender* o uso de intuições como evidência na filosofia em vez de tentar descrever o uso filosófico. Ao construir suas definições restritivas de “intuição”, estão tentando caracterizar aqueles estados mentais que podem *legitimamente* ser usados como evidência na argumentação filosófica e excluir casos que eles pensam que *não deveriam* ser usados, mesmo que muitos filósofos chamem aqueles casos excluídos de “intuições”.

No entanto, este não é o único motivo para se oferecer relatos mais restritivos da intuição. Como observamos anteriormente (v. nota 3), Herman Cappelen tenta defender a posição de que os filósofos *não* usam intuições como evidência, e que o grande número de filósofos que

insistem que o fazem estão equivocados sobre sua própria prática. Para demonstrar isso, Cappelen oferece um relato das intuições que combina algumas das caracterizações mais restritivas que se encontram na literatura e, em seguida, argumenta que intuições *assim caracterizadas* não são usadas como evidência nos argumentos filosóficos. Mas dado que essas caracterizações restritivas impõem o que consideramos ser condições injustificadamente exigentes sobre o que é necessário para que um juízo seja intuitivo, o exercício de Cappelen não nos dá nenhuma razão para duvidar que intuições sejam usadas como evidência nas discussões filosóficas mencionadas em (1)-(8) ou nos casos específicos que Cappelen considera. Em vez disso, como observou Michael Devitt (2014), Cappelen obtém sua conclusão particularmente implausível propondo um relato da intuição baseado em sua interpretação de relatos filosóficos teoricamente motivados da intuição, em vez de tentar caracterizar os casos paradigmáticos do que os filósofos chamam de “intuições”.⁴

Embora este não seja o lugar para uma crítica detalhada do relato exageradamente restritivo de Cappelen sobre a intuição, ou do papel que ele desempenha em sua estratégia polêmica, um único exemplo pode servir para ilustrar o problema com sua abordagem. Como Cappelen observa corretamente, vários filósofos que defendem o uso de intuições como evidência em filosofia sustentam que “os juízos intuitivos devem se basear unicamente na competência conceitual” (CAPPELEN, 2012, p. 9). Como ilustração, ele cita Kirk Ludwig (2010):

É apenas se um juízo for *exclusivamente* uma expressão da competência com os conceitos contidos e seu modo de combinação que ele conta como uma apreensão de uma verdade conceitual ou a priori. Na medida em que pensamos em intuições como insights sobre verdades conceituais [*como Ludwig o faz*], elas devem ser concebidas como juízos ou crenças que são o produto de nossa competência no emprego dos conceitos envolvidos. (LUDWIG, 2010, p. 433; material entre colchetes acrescentado por Cappelen)

Outro autor citado por Cappelen é Ernest Sosa. Veja como Sosa coloca a questão:

Irei pressupor [...] uma concepção das intuições como aparências intelectuais de um certo

4 Como argumentamos na próxima nota, a interpretação de Cappelen desses relatos filosóficos é às vezes mais do que um pouco inverossímil.

tipo, como propensões para o assentimento derivadas da pura compreensão das proposições envolvidas. (SOSA, 2007b, p. 52)

Embora não esteja inteiramente claro como essas passagens devam ser interpretadas, elas acarretam, no que talvez sejam suas leituras mais naturais, que um juízo (ou uma crença ou uma aparência) que é influenciado por fatores outros que não a competência conceitual ou “compreensão pura das proposições envolvidas” não contará como intuição. Entre esses fatores, certamente, estão a ordem em que os casos são apresentados, a desarrumação do recinto em que a intuição é gerada e se a pessoa que tem a intuição usou recentemente um antisséptico para limpar as mãos. Mas, como veremos na seção 5, todos esses fatores, e muitos outros, mostraram-se relevantes às respostas das pessoas diante de experimentos de pensamento filosóficos comuns. Além disso, essas influências são quase sempre *encobertas* – as pessoas não têm consciência de que suas respostas estão sendo afetadas. Comprovar que esses fatores influenciam (ou que não influenciam) os juízos das pessoas requer experimentos bem concebidos e cuidadosamente controlados. Portanto, se a ausência de influências como essas é necessária para que um juízo (ou crença ou aparência) seja uma intuição, então não podemos dizer se intuições estão sendo usadas no diálogo filosófico comum sem fazer experimentos sofisticados. E certamente não podemos mostrar que as intuições estavam sendo utilizadas nas antigas discussões filosóficas que Cappelen analisa para demonstrar que os filósofos não se baseiam em intuições como evidência. Mas isso não coloca em dúvida a crença generalizada de que as intuições desempenham *sim* um papel importante na argumentação filosófica. Em vez disso, o que ela mostra é que, se adotarmos um relato demasiadamente exigente das condições que um juízo deve satisfazer para qualificar como intuição, então será quase impossível mostrar que intuições foram invocadas em importantes intercâmbios filosóficos.⁵

5 A suposta característica das intuições que faz a maior parte do trabalho para Cappelen é aquela que ele chama de “Rocha”. Como observa Weinberg (2014, p. 546):

[Cappelen] alega que [Rocha] é um tipo especial de status epistêmico – “especial” reaparecendo frequentemente no livro, sempre que ele a discute – um status que é imediato, “brilhante”, “privilegiado” e altamente controverso. É uma espécie de justificação tão fundamental, inabalável e indubitável, que um autor dizer praticamente qualquer coisa em defesa de *p*, mesmo exprimir qualquer hesitação sobre endossar *p*, ou sobre qual a relevância de *p*, é um sinal claro de que *p* carece de Rocha [...]

4. DUAS MANEIRAS EM QUE AS INTUIÇÕES SÃO USADAS COMO EVIDÊNCIA EM FILOSOFIA

Em meados do século XX, os positivistas lógicos e os filósofos da “linguagem comum” argumentaram que o trabalho principal dos filósofos é a análise conceitual. Em um relato influente, conceitos são pacotes de informação representados mentalmente que caracterizam uma categoria ou indivíduo, embora os detalhes desses pacotes mentalmente representados não sejam normalmente acessíveis à consciência (GOLDMAN, 2007, 2010). A estratégia de reunir intuições diante de experimentos de pensamento – às vezes chamada de “método de casos” – tem sido amplamente utilizada por filósofos como uma forma de reunir evidências sobre conceitos filosoficamente interessantes, e alguns filósofos justificaram o uso dessa estratégia apelando a supostos fatos psicológicos sobre a natureza dos conceitos. Aqui está como Alvin Goldman coloca a questão:

É parte da natureza dos conceitos [...] que possuir um conceito tende a dar origem a crenças e intuições que concordam com o conteúdo do conceito. Se o conteúdo do conceito F de alguém implica que F se aplica (ou não) ao exemplo x, então essa pessoa está disposta a intuir que F se aplica (ou não se aplica) a x quando a questão é levantada em sua mente ... [P]ossuir um conceito faz uma pessoa estar disposta a ter intuições favoráveis (“pro-intuições”) a aplicações corretas e intuições desfavoráveis (“contra-intuições”) a aplicações incorretas – corretas, isto é, relativo ao conteúdo do conceito assim como existe na cabeça do sujeito. (GOLDMAN, 2007, p. 14-15)⁶

Em posições como a que Goldman endossa, as intuições são usadas apropriadamente como evidência sobre a extensão ou o conteúdo dos conceitos de uma pessoa. Assim, por exemplo, suponha que Gabriela leu uma vinheta contando o caso do bondinho desgovernado citado na seção 1. Depois de ouvir a história, pergunta-se a ela se é moralmente permissível virar o

Que Rocha seja tão estranha e frágil e tão completamente ausente em todos os estudos de caso [que Cappelen apresenta] [...] deveria ter sido um sinal para não se atribuir Rocha aos teóricos da intuição em primeiro lugar. Cappelen aduz quase nenhuma evidência textual para sustentar sua alegação de que “a maioria dos teóricos da intuição” tomam intuições como tendo esta característica.

6 Goldman (2010, §9) nota que posições semelhantes são defendidas por David Chalmers e Frank Jackson (2001) e Kirk Ludwig (2007).

bondinho, e ela tem a intuição de que é moralmente admissível. Para Goldman, e para aqueles que mantêm posições semelhantes, isso contaria como evidência de que a ação descrita está incluída na extensão do conceito de permissibilidade moral de Gabriela.

Enquanto Goldman, juntamente com vários outros filósofos, sustentam que o único uso defensável das intuições como evidência em filosofia está na análise conceitual, muitos filósofos sustentam que esta é uma posição muito restritiva. Aqui está como Ernest Sosa coloca a questão:

É frequentemente afirmado que a filosofia analítica apela às intuições de poltrona a serviço da ‘análise conceitual’. Mas isso é deploravelmente enganador. O uso de intuições na filosofia não deve ser vinculado exclusivamente à análise conceitual. Considere alguns temas principais de debate proeminente: teorias utilitaristas versus deontológicas em ética, por exemplo, ou a teoria da justiça de Rawls em filosofia social e política, ou o debate externalismo/internalismo em epistemologia. E muitos outros poderiam ser citados com fins semelhantes. Estas não são controvérsias sobre a análise conceitual de algum conceito. Parecem além disso ser disputas sobre algo mais objetivo do que apenas uma descrição ou análise dos nossos conceitos individuais ou compartilhados dos fenômenos relevantes. No entanto, foram devidamente conduzidas em termos de exemplos hipotéticos e intuições sobre esses exemplos. As questões envolvidas são sobre o certo, ou a justiça, ou a justificação epistêmica. Algumas dessas questões dizem respeito a um assunto ético ou epistêmico e não apenas aos nossos conceitos correspondentes. (SOSA, 2007, p. 100)

Em posições como a de Sosa, as intuições são frequentemente usadas como evidência a favor ou contra teorias sobre fenômenos filosoficamente importantes, como o conhecimento, a justiça, a causalidade e a permissibilidade moral, não sobre os *conceitos* de alguma pessoa ou grupo. Em *Philosophical theory and intuitional evidence* (1998), Alvin Goldman e Joel Pust distinguem dois tipos diferentes de “alvos” de análises ou teorias filosóficas:

Em termos gerais, posições sobre a análise filosófica podem ser divididas naquelas que entendem os alvos da análise como entidades psicológicas dentro-da-cabeça versus entidades não-psicológicas fora-da-cabeça. Chamaremos o primeiro tipo de posição de *mentalismo* e

o segundo de *extra-mentalismo* (GOLDMAN e PUST, 1998, p. 183).⁷

Os conceitos – pacotes de informação representados mentalmente – estão entre os principais alvos das análises mentalistas e, como vimos, há uma história plausível a ser contada sobre porque as intuições podem ser usadas como evidência na análise conceitual. As teorias implícitas ou tácitas são outro alvo intimamente relacionado às análises filosóficas mentalistas (JACKSON *et al.*, 2008). Filósofos que tomam as teorias implícitas como alvo de suas análises também afirmam que essas teorias desempenham um papel na geração (ou, como Frank Jackson propõe, “na condução”) das nossas classificações intuitivas. Portanto, fica claro porque as intuições são consideradas boas evidências sobre teorias tácitas.

Em contraste aos alvos mentalistas, a natureza exata dos alvos nas análises extra-mentalistas não é tão clara. Goldman e Pust discutem três possibilidades: (i) universais ou Formas platônicas (como a Forma platônica de conhecimento ou de justiça), (ii) verdades modais (como o suposto fato de que é possível que uma crença seja justificada e verdadeira mas não um exemplo de conhecimento) e (iii) espécies naturais. Fatos morais ou verdades morais são outro alvo importante da análise extra-mentalista, que Goldman e Pust não mencionam (v., e.g., AUDI, 2013).

O que todas essas têm em comum é que a correção ou incorreção de uma teoria extra-mentalista não depende do que está na cabeça de uma pessoa cujas intuições são usadas como evidência. Quando uma teoria extra-mentalista toma o conhecimento ou a permissibilidade moral como seu alvo, o objetivo é especificar o que o conhecimento realmente é, ou o que realmente é moralmente permissível. E quando os filósofos envolvidos em projetos extra-mentalistas usam intuições como evidência, eles supõem que o conteúdo da intuição é provavelmente *verdadeiro*. Se tivermos a intuição de que o protagonista de um experimento de pensamento de Gettier não sabe a proposição que é o foco do experimento, então provavelmente é o caso que ele não saiba essa proposição. Assim, uma análise extra-mentalista do conhecimento que implica que o protagonista saiba a proposição é colocada em dúvida, enquanto que uma análise que acarreta que o protagonista não sabe é confirmada. Da mesma forma, se tivermos a intuição de que é moralmente permissível virar o bondinho para a pista lateral, então provavelmente é

⁷ Em trabalho mais recente, Goldman (2010) abandona a terminologia “mentalista” e “extra-mentalista”. Continuamos a usá-la porque ela fornece rótulos sugestivos para duas concepções amplas de análise filosófica.

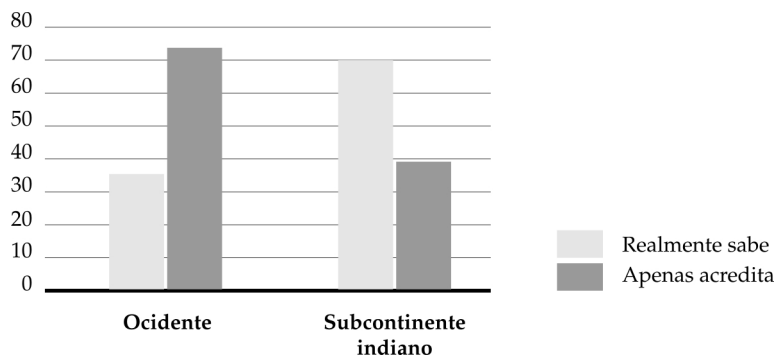
moralmente permissível fazê-lo.

Goldman e Pust (1998) são céticos quanto a esta estratégia de usar a intuição como evidência para análises filosóficas extra-mentais, porque não temos um bom relato de como o conteúdo das intuições poderia estar ligado de forma confiável a fatos sobre Formas platônicas, espécies naturais ou verdades modais e morais que a teoria extra-mentalista procura explicar. É realmente intrigante como o conteúdo das intuições poderia fornecer evidências confiáveis sobre esses fatos extra-mentais. Mas para a maior parte da história da humanidade a percepção apresentou um mistério comparável, e o apelo à intuição na matemática ainda o faz. Assim, não pensamos que o fato de não termos um relato de como as intuições em experimentos de pensamento filosóficos poderiam estar ligadas de forma confiável aos fatos extra-mentais que são alvos das análises dos filósofos forneça uma razão convincente para sermos céticos em relação ao uso de intuições como evidência nesses projetos.

5. ALGUNS ESTUDOS DE FILOSOFIA EXPERIMENTAL QUE IMPÕEM PROBLEMAS PARA O USO DAS INTUIÇÕES COMO EVIDÊNCIA EM FILOSOFIA

Nos últimos doze anos, o campo emergente da filosofia experimental forneceu o que acreditamos ser uma razão muito melhor para ser cético quanto ao uso das intuições como evidência para teorias filosóficas extra-mentalistas. Lembrem-se que quando os filósofos usam intuições como evidência para teorias extra-mentalistas eles tomam como dado que as intuições provavelmente são indicadores confiáveis da *verdade* sobre o fenômeno extra-mentalista que estão estudando. Porém, descobertas recentes na filosofia experimental lançaram dúvidas sobre a confiabilidade de algumas intuições filosóficas, ao demonstrar, em uma crescente lista de casos, que as intuições variam entre grupos demográficos e que são influenciadas por fatores outros que são obviamente irrelevantes para a verdade do conteúdo da intuição. Embora o espaço aqui não permita uma discussão detalhada desses estudos, ofereceremos um breve panorama do que consideramos ser algumas das descobertas mais importantes.

Em um dos estudos que ajudaram a lançar o movimento da filosofia experimental, Weinberg e colegas (2001) apresentaram o caso de Gettier (Buick/Pontiac) citado na seção 1 a um grupo etnicamente diverso de estudantes de universidades norte-americanas. Uma maioria substancial (74%) dos participantes estudantis cuja formação cultural era europeia deu a resposta filosófica “padrão”. Eles disseram que Bob não sabia realmente que Jill dirigia um carro americano; ele só acreditava nisso. Em contrapartida, a maioria dos participantes estudantis que tinham origem étnica no leste da Ásia (China, Coreia ou Japão) ou no sul da Ásia (Índia ou Paquistão) disse que Bob realmente sabe que Jill dirige um carro americano. Os dados comparando os participantes do ocidente com os do sul da Ásia são apresentados na figura 1.⁸



O caso de Gettier do Buick/Pontiac

Respostas dos estudantes cujo background cultural é europeu (“ocidente”) e dos estudantes cujo background cultural é paquistanês ou indiano (subcontinente indiano)

Mais recentemente, Christina Starmans e Ori Friedman (2012) mostraram que em vá-

⁸ Este achado foi questionado por vários autores. Para uma discussão detalhada, v. Machery e colegas (em submissão).

rios casos as intuições epistêmicas dos não-filósofos diferem das intuições epistêmicas geralmente reportadas por filósofos. E em um estudo particularmente notável, Starmans e Friedman (2014) descobriram que entre os acadêmicos as intuições sobre o conhecimento são influenciadas por sua disciplina acadêmica. Em uma série de estudos, Edouard Machery e colegas mostraram que o tipo de intuição semântica que os filósofos usaram como evidência para teorias da referência difere entre grupos culturais (MACHERY *et al.*, 2004; 2009). Na ética, Henrik Ahlenius e Torbjörn Tännsjö (2012) encontraram diferenças interculturais em intuições sobre casos do bondinho, e em um estudo muito bem concebido Linda Abarbanell e Marc Hauser (2010) encontraram diferenças culturais em intuições relevantes à distinção ato vs. omissão. Wesley Buckwalter e Stephen Stich (2014) fazem um levantamento de uma série de achados sugerindo que algumas intuições filosóficas variam com o gênero do participante. David Colaço e colegas (2014) descobriram que as intuições epistêmicas variam com a idade dos participantes. Adam Feltz e Edward Cokely (2009) e Eric Schulz e colegas (2011) reportam que as intuições sobre o livre-arbítrio e a responsabilidade dependem da personalidade da pessoa que tem a intuição, especificamente se a pessoa é introvertida ou extrovertida. Em suma, tem-se descoberto que as intuições filosóficas variam com a cultura, disciplina acadêmica, gênero, idade e personalidade.

5.2. ESTUDOS QUE MOSTRAM QUE AS INTUIÇÕES FILOSÓFICAS VARIAM COM A LINGUAGEM

Krist Vaesen e colegas (2013) descobriram que um conjunto de intuições epistêmicas obtidas de filósofos diferiam dependendo de sua primeira língua. Os filósofos com o inglês como primeira língua tinham intuições diferentes daqueles cuja primeira língua era o holandês, o alemão ou o sueco, embora todos os participantes fossem fluentes em inglês e todos os experimentos de pensamento usados para extrair as intuições fossem apresentados em inglês. Albert Costa e colegas (2014) descobriram que as intuições morais dos participantes que leem vinhetas experimentais em suas primeiras línguas eram diferentes das intuições morais dos participantes que liam as vinhetas em uma de suas outras línguas. Eles encontraram este efeito notável em cinco grupos de falantes nativos/não-nativos: inglês/espanhol, espanhol/inglês, coreano/inglês, inglês/francês e inglês/hebraico.

5.3 ESTUDOS QUE MOSTRAM QUE AS INTUIÇÕES FILOSÓFICAS VARIAM COM A ORDEM EM QUE OS EXPERIMENTOS DE PENSAMENTO SÃO APRESENTADOS

Em um estudo inicial, os psicólogos Lewis Petrinovich e Patricia O'Neill (1996) descobriram que as intuições morais dos participantes variavam com a ordem em que as vinhetas eram apresentadas. Achados semelhantes foram reportados por Matthew Liao e colegas (2012), Alex Wiegman e colegas (2012) e Eric Schwitzgebel e Fiery Cushman (2011). O estudo de Schwitzgebel e Cushman é particularmente notável, uma vez que se propôs a explorar se efeitos de ordem em intuições morais eram menores ou inexistentes em filósofos profissionais. Surpreendentemente, eles descobriram que este não é o caso, apesar de os experimentos de pensamento utilizados serem bem conhecidos pela maioria dos filósofos profissionais. Eles também reportam que em alguns casos as intuições dos filósofos mostram efeitos de ordem substanciais, enquanto as intuições dos não-filósofos não! Os efeitos de ordem também foram reportados com respeito a intuições epistêmicas (SWAIN *et al.*, 2008) e com respeito a intuições sobre a ação intencional (CUSHMAN e MELE, 2008; FELTZ e COKELY, 2011).

5.4. ESTUDOS QUE MOSTRAM QUE AS INTUIÇÕES FILOSÓFICAS ESTÃO SUJEITAS A EFEITOS DE ENQUADRAMENTO

Como usamos o termo, um efeito de enquadramento é um efeito produzido por uma característica menor da formulação linguística ou apresentação de um experimento de pensamento que é irrelevante para a questão substantiva que está sendo explorada. Desde o trabalho pioneiro de Amos Tversky e Daniel Kahneman (1981), tem havido uma explosão de interesse no fenômeno na psicologia, na economia, na ciência política e em outras áreas (SUNSTEIN, 2005; KAHNEMAN, 2011, cap. 34). O enquadramento foi reportado em experimentos de pensamento de filosofia moral por Petrinovich e O'Neill (1996) e por Nadelhoffer e Feltz (2008), que descobriram que algumas intuições morais estão sujeitas a um "efeito ator-

-observador” – as intuições dos participantes sobre a permissibilidade moral foram afetadas dependendo de se o cenário moral é apresentado na segunda ou na terceira pessoa. Kevin Tobia e colegas (2013a) descobriram que o enquadramento ator-observador também pode afetar as intuições morais dos filósofos. Eddy Nahmias e colegas (2007) e Shaun Nichols e Joshua Knobe (2007) reportam efeitos de enquadramento notáveis em intuições sobre o livre arbítrio e a responsabilidade. Em uma linha bem diferente, Weinberg e colegas (WEINBERG *et al.*, 2012; GONNERMAN *et al.*, 2011) descobriram que as intuições dos participantes sobre o livre-arbítrio são afetadas pela fonte tipográfica na qual o experimento de pensamento é apresentado, e Tobia e Stich (ms) encontraram efeitos relacionados a fontes em intuições epistemológicas. No estudo de Tobia e Stich, o efeito foi encontrado tanto em pessoas comuns quanto em filósofos profissionais.

5.5 ESTUDOS QUE MOSTRAM QUE AS INTUIÇÕES FILOSÓFICAS SÃO AFETADAS PELO AMBIENTE FÍSICO E SOCIAL ONDE A INTUIÇÃO É EXTRAÍDA

Existe no momento um corpo crescente de pesquisa reportando que as intuições evocadas por experimentos de pensamento morais são afetadas por fatores como embalagens sujas de pizza, uma borrifada de spray de flatulência (SCHNALL *et al.*, 2008a), o uso de sabão (SCHNALL *et al.*, 2008b) ou de um lenço antisséptico (ZHONG *et al.*, 2010) ou mesmo a proximidade de um dispensador de desinfetante para as mãos (HELZER e PIZARRO, 2011). Tobia e colegas (2013b) descobriram que as intuições morais de estudantes e filósofos profissionais são afetadas pela borrifação de um spray desinfetante no questionário. Piercarlo Valdesolo e David DeSteno (2006) reportaram que ver um clipe de vídeo humorístico pode ter um impacto substancial nas intuições morais dos participantes. E mais recentemente, Nina Strohminger e colegas (2011) mostraram que ouvir diferentes tipos de clipes de áudio (comédia de *stand-up* ou histórias inspiracionais de um volume chamado ‘*Chicken soup for the soul*’) tem efeitos divergentes sobre as intuições morais.

5.6 IMPLICAÇÕES DESSAS EXPERIÊNCIAS PARA O USO DAS INTUIÇÕES COMO EVIDÊNCIA PARA TEORIAS EXTRA-MENTALISTAS

O problema que essas descobertas impõem para os filósofos que usam intuições como evidência para teorias extra-mentalistas é óbvio. Em cada caso, parece que as intuições dos participantes variam em função de alguma variável que não é relevante para o fenômeno extra-mental que está sendo investigado. Assim, algumas dessas intuições devem ser inconfiáveis. Esta questão foi bem colocada por Walter Sinnott-Armstrong em um artigo que examinou a literatura sobre os efeitos de ordem em intuições morais:

A verdade sobre o que é moralmente certo ou errado nos casos não variou com [a ordem em que foram apresentados]. Assim, as intuições [morais] falham em rastrear a verdade e não são confiáveis na medida em que estão sujeitas a tais efeitos de ordem. (SINNOTT-ARMSTRONG, 2008, p. 67)

De forma semelhante, a verdade sobre a natureza do conhecimento, da permissibilidade moral, da referência, da intencionalidade e do livre-arbítrio não depende da personalidade ou do passado cultural da pessoa perguntada sobre essas coisas, ou sobre se ela é falante nativa do inglês, acabou de ver um videoclipe divertido ou está de pé perto de um dispensador de desinfetante para as mãos. Assim, na medida em que as intuições variam com esses fatores irrelevantes, elas não são uma fonte confiável de evidência.

Embora não tenhamos ainda mencionado isso, há uma outra característica da maioria dos estudos que citamos que impõe um problema adicional ao uso das intuições como evidência para teorias extra-mentalistas. Temos nos concentrado em achados que indicam que as intuições variam entre grupos de diferentes tipos ou em condições experimentais diferentes. No entanto, em todos esses estudos há variação considerável *dentro* dos grupos e *dentro* das condições. Participantes com uma mesma bagagem cultural discordam sobre se o protagonista em um caso de Gettier tem conhecimento; participantes que veem vídeos divertidos discordam sobre se é moralmente permissível empurrar um homem grandalhão para fora de uma passarela para impedir que um bondinho desgovernado mate cinco outras pessoas; participantes que são apresentados à versão de segunda pessoa de um experimento de pensamento moral discordam sobre o que é moralmente exigido. Algumas dessas divergências podem ser simplesmente ruídos experimentais, resultantes de participantes que não entendem o experimento de pensamento, que não prestam atenção, que interpretam palavras importantes de maneiras

diferentes ou que fazem suposições equivocadas sobre o que o experimentador realmente quer que elas façam.⁹ Mas na medida em que esses desentendimentos intra-grupo e intra-condições refletem diferenças genuínas nas intuições, eles impõem um problema óbvio para os filósofos que usariam essas intuições como evidência sobre fenômenos extra-mentais, uma vez que algumas dessas intuições devem estar erradas.

5.7 IMPLICAÇÕES DOS ACHADOS DA FILOSOFIA EXPERIMENTAL PARA O USO DAS INTUIÇÕES COMO EVIDÊNCIA PARA TEORIAS MENTALISTAS

Com uma exceção importante, o que dissemos sobre projetos extra-mentalistas aplica-se *mutatis mutandis* a projetos mentalistas também. Nos projetos mentalistas, as intuições são usadas como evidência sobre o conceito ou teoria tácita que supostamente desempenha um papel central na geração da intuição. A suposição subjacente ao uso de intuições como evidência nesses projetos é que as intuições de uma pessoa são uma fonte confiável de evidência sobre se seu conceito aplica-se a casos apresentados em experimentos de pensamento, ou sobre o que sua teoria tácita acarreta sobre os casos. Mas quando a presença de embalagens sujas de pizza ou desinfetantes para mãos influenciam as intuições das pessoas, essa suposição não pode estar correta, pois se um dos conceitos morais de uma pessoa se aplica ao comportamento descrito em um experimento de pensamento ou o que a teoria tácita relevante acarreta sobre esse comportamento não variam com a presença de embalagens de pizza ou desinfetantes para mãos. Tampouco a aplicação de um conceito a um caso depende da ordem em que os casos são encontrados ou da fonte na qual a experiência de pensamento é impressa.

A situação é importantemente diferente com respeito às diferenças demográficas, uma vez que evidências de diferenças demográficas em intuições sugerem que pessoas em diferentes grupos demográficos têm teorias tácitas diferentes ou conceitos diferentes. Assim, por exemplo, o achado de Starmans e Friedman de que pessoas em diferentes disciplinas acadêmicas têm intuições diferentes sobre se os protagonistas de experimentos de pensamento epistêmicos sabem uma determinada proposição pode indicar que pessoas em diferentes disciplinas possuem diferentes conceitos de conhecimento. E a descoberta, por Abarbanell e Hauser (2010), de

9 Cf. Sosa, 2007a, 2009.

que as intuições morais dos Maias rurais falantes de tsetal não são sensíveis à distinção entre ações e omissões sugere que a teoria moral tácita desses Maias é importantemente diferente da teoria moral tácita dos usuários de internet americanos e europeus que reportaram intuições bastante diferentes em resposta a experimentos de pensamento morais semelhantes. Embora estas sejam descobertas fascinantes, elas não impõem um problema para o uso de intuições como evidência para teorias mentalistas, embora deixem claro que os filósofos que se dedicam a projetos mentalistas devem especificar *de quem* são os conceitos ou teorias tácitas que estão analisando. É claro que os filósofos que se dedicam à análise conceitual muitas vezes querem usar suas análises em uma variedade de outros projetos. E se existem diferentes conceitos de conhecimento ou referência ou permissibilidade moral em diferentes grupos demográficos, então um filósofo que quiser usar um desses conceitos deve especificar *qual* variante demográfica ele está invocando e por que essa é uma escolha melhor do que as variantes usadas em outros grupos demográficos. Ressaltar a necessidade de abordar questões como esta é, acreditamos, uma das mais valiosas contribuições da filosofia experimental.¹⁰

6. TRÊS VERSÕES DA “DEFESA DO ESPECIALISTA”

Uma resposta comum à crítica da filosofia experimental de se usar intuições como evidência é a alegação de que os resultados experimentais, por mais interessantes que sejam, não nos dizem nada sobre a prática filosófica real, porque os experimentos usam os participantes errados. Os filósofos experimentais normalmente coletam dados sobre as intuições de estudantes em salas de aula, usuários de internet ou pessoas em locais públicos. Em alguns estudos, os dados foram coletados de povos indígenas em cantos remotos do mundo. Porém, quando os filósofos profissionais usam intuições para testar suas teorias, eles não usam *essas* intuições. Em vez disso, eles usam suas próprias intuições e as intuições de outros filósofos profissionais. E, os críticos continuam, isso é inteiramente apropriado, pois os filósofos profissionais são *especialistas* em lidar com experimentos de pensamento filosóficos. Quando nos apoiamos na intuição em outros campos, que vão desde a medicina à física passando pelo xadrez, é racional levar em consideração a intuição dos especialistas e ignorar a intuição dos amadores não-treinados. O mesmo é verdadeiro em filosofia. Assim, os estudos das intuições filosóficas de pessoas não-

¹⁰ Para mais sobre este tema, v. Mallon e colegas, 2009 e Machery e colegas, 2013.

-treinadas em filosofia não representam nenhuma ameaça à metodologia filosófica padrão.¹¹

É importante notar que há várias maneiras diferentes em que esta “defesa do especialista” pode ser elaborada. Uma delas, sugerida na citação seguinte de Joachim Horvath, sustenta que as intuições dos filósofos profissionais são significativamente menos propensas a serem influenciadas por fatores irrelevantes como ordem de apresentação, enquadramento ou odores ambientais:

Por que os filósofos profissionais devem conceder [...] que suas próprias intuições sobre casos hipotéticos variam igualmente com fatores irrelevantes como os das pessoas em geral? Certamente, nenhum grande mestre de xadrez, matemático ou físico concederia qualquer coisa remotamente parecida a isso a um psicólogo experimental. (HORVATH, 2010; cf. NADO, 2013)

Duas outras versões da defesa do especialista sustentam que as intuições filosóficas dos filósofos profissionais são mais prováveis de serem *corretas* do que as intuições de pessoas não-treinadas. Para os filósofos que desenvolvem projetos extra-mentalistas, a alegação é que o conteúdo das intuições dos filósofos é mais provável de ser *verdadeiro*, enquanto que para os filósofos envolvidos em projetos mentalistas a alegação é que as intuições dos filósofos são mais propensas a refletir corretamente o que seu conceito ou teoria tácita de fato acarreta sobre o caso em questão.

A primeira versão da defesa do especialista, que prevê que as intuições dos filósofos são menos propensas a serem influenciadas por fatores irrelevantes, foi o foco de vários estudos experimentais recentes. Em nosso levantamento da literatura, na seção 5, mencionamos a maioria destes estudos; nenhum deles confirma a previsão feita por esta versão da defesa do especialista. Na verdade, até onde sabemos, *não há* estudos confirmando esta previsão. Pelo contrário, o que essa crescente literatura sugere é que os filósofos não são menos suscetíveis a efeitos de linguagem, efeitos de ordem, efeitos de enquadramento e efeitos ambientais do que os não-filósofos. É possível, é claro, que os estudos feitos até agora sejam pontos fora da curva, e que

¹¹ Para posições assemelhadas, v. Williamson, 2005, 2011; Ludwig, 2007; Horvath, 2010; Grundmann, 2010; Devitt, 2011b.

estudos futuros apoiem aqueles que promovem esta versão da defesa do especialista. Mas neste momento, pensamos ser justo dizer que a previsão destes não parece promissora.

Michael Devitt tem sido, de longe, o defensor mais infatigável da segunda versão da defesa do especialista, a versão que se concentra em projetos extra-mentalistas e sustenta que o conteúdo das intuições dos filósofos é mais provável de ser verdadeiro (DEVITT, 2011a, 2011b, 2015). Em uma série de artigos, ele expôs um arcabouço teórico que, argumenta ele, torna plausível que as intuições dos filósofos sejam mais corretas do que as de pessoas comuns – pelo menos na filosofia da linguagem.¹² Mas Devitt reconhece que este arcabouço teórico deve ser em última análise testado empiricamente. E, para seu crédito, ele concebeu e conduziu uma série de experimentos destinados a fazer exatamente isso. Infelizmente, e por sua própria admissão, os experimentos foram um completo fracasso (DEVITT, 2015). Talvez Devitt ou outros acabem por conceber experimentos melhores. Mas, por enquanto, a versão da defesa do especialista que afirma que na filosofia da linguagem o conteúdo das intuições dos filósofos é mais provável de ser verdadeiro não tem apoio empírico. As coisas não são melhores em outras áreas da filosofia. Com efeito, achamos difícil imaginar como se poderia testar empiricamente a alegação de que os conteúdos das intuições morais ou metafísicas ou epistemológicas dos filósofos são mais prováveis de serem verdadeiras do que as das pessoas comuns. Portanto, não nos surpreende que ninguém o tenha tentado.

A situação é muito parecida com respeito à terceira versão da defesa do especialista, que afirma que os filósofos são melhores do que os não-filósofos em intuir o que seus conceitos realmente acarretam em um dado caso. Psicólogos ou filósofos concebivelmente engenhosos poderiam projetar experimentos para testar essa afirmação. Mas suspeitamos que os desafios conceituais e empíricos seriam assustadores. Então, aqui também não estamos surpresos que ninguém o tenha tentado. Há uma década, Machery e colegas (2004, p. B9) disseram que a afirmação de que as intuições dos filósofos são superiores às dos não-filósofos “cheira a narcisismo ao extremo”. E ainda é assim.

7. A MENSAGEM PARA SE LEVAR PARA CASA

12 Em (DEVITT, 2011a, p. 427) ele estende a afirmação a uma variedade de intuições metafísicas, e em palestras ele estendeu a afirmação a intuições em epistemologia e ética também (comunicação pessoal, 28/8/2014).

Nas seções 5.1-5.5, resenhamos vários estudos indicando que uma lista substancial de intuições filosóficas varia entre grupos demográficos e que eles são influenciados por uma série de fatores *prima facie* irrelevantes, que vão da linguagem e ordem de apresentação até odores, fontes tipográficas e cliques de vídeo divertidos. Na seção 5.6, argumentamos que esses achados lançam dúvidas sobre o uso dessas intuições como evidência para teorias extra-mentalistas. E na seção 5.7, argumentamos que muitas dessas descobertas também desafiam o uso das intuições como evidência para projetos mentalistas. Alguns autores, principalmente Weinberg e Alexander, insistiram que esses achados justificam um ceticismo profundo sobre o uso das intuições como evidência em filosofia (WEINBERG, 2007; ALEXANDER e WEINBERG, 2007; WEINBERG e ALEXANDER, 2014). Mas achamos que essa conclusão é demasiadamente forte.

Como observamos na seção 3, Nado (2011, 2014) discutiu um corpo substancial de evidências que sugere que intuições em diferentes áreas da filosofia são embasadas por diferentes mecanismos psicológicos e neurológicos. E em pelo menos uma área da filosofia, a saber a ética, há evidências de que intuições sobre diferentes questões (por exemplo, culpa, responsabilidade e punição) derivam de diferentes mecanismos mentais (CUSHMAN, 2008; CUSHMAN e YOUNG, 2009). Este tipo de trabalho sugere fortemente que a intuição filosófica não seja uma espécie natural. Assim, a descoberta de que intuições sobre uma questão em um ramo (ou sub-ramo) da filosofia são influenciadas por algum fator irrelevante não nos dá nenhuma razão para pensar que as intuições sobre questões em algum outro ramo ou sub-ramo da filosofia também serão influenciadas por este fator, ou por qualquer outro fator irrelevante.

O ceticismo sobre o uso das intuições como evidência que expressamos nas seções 5.6 e 5.7 deve ser dirigido primordialmente às intuições que têm se mostrado suscetíveis a influências irrelevantes e a outras intuições que são o produto de mecanismos psicológicos que provavelmente serão vulneráveis de forma semelhante. E quais são esses? A resposta é que, neste momento, não sabemos e não vamos descobrir sem um trabalho muito mais sofisticado em psicologia e neurociência. Em nossa opinião, este tipo de pesquisa deve ser visto como central para a filosofia experimental. Portanto, a mensagem deste artigo para se levar para casa *não é* que as intuições não devem ser usadas como evidência em filosofia. Em vez disso, é que a filosofia experimental, entendida de forma ampla, tem um papel crucial a desempenhar na avaliação e no aperfeiçoamento da metodologia filosófica. Como dissemos anteriormente, a *X-Phi deve ter um lugar à mesa*. Na medida em que os defensores da “grande tradição” e da “filosofia de poltrona”

negam isso, a posição deles é insustentável.

Referências

- ABARBANELL, Linda.; HAUSER, Marc. (2010). Mayan morality: an exploration of permissible harms. *Cognition*, 115, p. 207-224.
- AHLENIUS, Henrik.; TÄNNSJÖ, Torbjörn. (2012). Chinese and westerners respond differently to the trolley dilemmas. *Journal of Cognition and Culture*, 12 (3-4), p. 195-201.
- ALEXANDER, Joshua. (2012). *Experimental Philosophy: An Introduction*. Cambridge, UK: Polity Press.
- ALEXANDER, Joshua.; WEINBERG, Jonathan. (2007). Analytic epistemology and experimental philosophy. *Philosophy Compass*, 2(1), p. 56-80.
- ALFANO, Mark.; LOEB, Don. (2014). Experimental moral philosophy. In: ZALTA, Edward. (Org). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2014 Edition). URL= <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/experimental-moral/>>.
- AUDI, Robert. (2013). *Moral Perception*. Princeton: Princeton University Press.
- BATSON, C. D. (1991). *The Altruism Question: Toward a Social-psychological Answer*. Hillsdale, NJ: Erlbaum Associates.
- _____ (2011). *Altruism in Humans*. New York: Oxford University Press.
- BEALER, George. (1998). Intuition and the autonomy of philosophy. In: DEPAUL, Michael; RAMSEY, William. (Org.). *Rethinking Intuition*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, p. 201-239.
- BRANDT, Richard. (1954). *Hopi Ethics: A Theoretical Analysis*. Chicago: University of Chicago Press.
- BUCKWALTER, Wesley.; STICH, Stephen. (2014). Gender and philosophical intuition. In: KNOBE, Joshua.; NICHOLS, Shaun. (Org.) *Experimental Philosophy*, vol.2, p. 307-346.
- CAPPELEN, Herman. (2012). *Philosophy without Intuitions*. Oxford: Oxford University Press.
- COLAÇO, David. *et al* (2014). Epistemic intuitions in fake-barn thought experiments. *Episteme*, 11, 2, p. 199-212.
- COSTA, Albert. *et al*. (2014). Your morals depend on language. *PLoS ONE*, 9(4), e94842.

CUMMINS, Robert. (1998). Reflection on reflective equilibrium. *In*: DEPAUL, Michael.; RAMSEY, William. (Org.). *Rethinking Intuition*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Press, p. 113-127.

CUSHMAN, Fiery. (2008). Crime and punishment: distinguishing the roles of causal and intentional analyses in moral judgment. *Cognition*, 108 (2), p. 353-380.

CUSHMAN, Fiery.; MELE, Alfred. (2008). Intentional action: two and half folk concepts. *In*: KNOBE, Joshua.; NICHOLS, Shaun. (Org.). *Experimental Philosophy*, vol. 1. New York: Oxford University Press, p. 171-188.

CUSHMAN, Fiery.; YOUNG, Liane. (2009). The psychology of dilemmas and the philosophy of morality. *Ethical Theory and Moral Practice*, 12, p. 9-24.

DAVIDSON, Donald. (1967). The logical form of action sentences. *In*: RESCHER, Nicholas. (Org.). *The Logic of Decision and Action*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, p. 81-120.

DEVITT, Michael. (2011a). Experimental semantics. *Philosophy and Phenomenological Research*, 82,2, p. 418-435.

_____ (2011b). Whither experimental semantics? *Theoria*, 72, p. 5-36.

_____ (2014). Abstract of “Philosophy with intuitions: a response to Herman Cappelen,” palestra dada em St. Andrews, spring 2014, (ms).

_____ (2015). Testing theories of reference. *In*: HAUKIOJA, Jussi. (Org.). *Advances in Experimental Philosophy of Language*. London: Bloomsbury Press, p. 31-64.

FELTZ, Adam.; COKELY, Edward. (2009). Do judgments about freedom and responsibility depend on who you are? Personality differences in intuitions about compatibilism and incompatibilism. *Consciousness and Cognition*, 18, p. 342-350.

_____ (2011). Individual differences in theory-of-mind judgments: order effects and side effects. *Philosophical Psychology*, 24 (3), p. 343-355.

FOOT, Philippa. (1978). The problem of abortion and the doctrine of the double effect. *In*: *Virtues and Vices and Other Essays in Moral Philosophy*. Oxford: Basil Blackwell.

GOLDMAN, Alvin. (2007). Philosophical intuitions: their target, their source, and their epistemic status. *Grazer Philosophische Studien*, 74, p. 1-26.

_____ (2010). Philosophical naturalism and intuitional methodology. (Romanell Lecture), *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, p. 115-150.

GOLDMAN, Alvin.; PUST, Joel. (1998). Philosophical theory and intuitional evidence. *In*: DEPAUL, Mi-

chael.; RAMSEY, William. (Org.). *Rethinking Intuitions: the psychology of intuition and its role in philosophical inquiry*. Rowman and Littlefield, p. 179-197.

GONNERMAN, Chad.; REUTER, Shane.; WEINBERG, Jonathan. (2011). *More oversensitive intuitions: Print fonts and could choose otherwise*. 108th meeting of the American Philosophical Association, Central Division, Minneapolis, MN.

GRUNDMANN, Thomas. (2010). Some hope for intuitions: a reply to Weinberg. *Philosophical Psychology*, 23, p. 481-509.

GUTTING, Gary. (1998). Rethinking intuition: a historical and metaphilosophical account. In DEPAUL, Michael.; RAMSEY, William. (Org.). *Rethinking Intuition*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, p. 3-16.

_____. (2009). *What Philosophers Know: Case Studies in Recent Analytic Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press.

HELZER, Erik.; PIZARRO, David. (2011). Dirty liberals! Reminders of physical cleanliness influence moral and political attitudes. *Psychological Science*. Publicado online 18 de março de 2011. DOI: 10.1177/0956797611402514.

HORVATH, Joachim. (2010). How (not) to react to experimental philosophy. *Philosophical Psychology*, 23, p. 447-480.

JACKSON, Frank. (1998). *From metaphysics to ethics: a defense of conceptual analysis*. Oxford: Clarendon Press.

KAHNEMAN, Daniel. (2011). *Thinking, fast and slow*. New York: Farrar, Straus & Giroux.

KNOBE, Joshua. (2016). Experimental philosophy is cognitive science. In: BUCKWALTER, Wesley; SYTSMAN, Justin (Org.). *A Companion to Experimental Philosophy*. Oxford: Blackwell, p. 37-52.

KNOBE, Joshua.; NICHOLS, Shaun. (2008). An experimental philosophy manifesto. In: KNOBE, Joshua.; NICHOLS, Shaun. (Org.). *Experimental Philosophy*, vol. 1. New York: Oxford University Press.

LADD, John. (1957). *The Structure of a Moral Code: A Philosophical Analysis of Ethical Discourse Applied to the Ethics of the Navaho Indians*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

LIAO, Matthew *et al.* (2012). Putting the trolley in order: experimental philosophy and the loop case. *Philosophical Psychology*, 25(5), p. 661-671.

LUDWIG, Kirk. (2007). The epistemology of thought experiments: first person vs. third person approaches. *Midwest Studies in Philosophy*, 31, p. 128-159.

_____. (2010). Intuitions and relativity. *Philosophical Psychology*, 23(4), p. 427-45.

- MACHERY, Edouard *et al.* (2004). Semantics, cross-cultural style. *Cognition*, 92, p. B1-B12.
- _____ (2013). If folk intuitions vary, then what? *Philosophy & Phenomenological Research*, 86, 3, p. 618–635.
- MACHERY, Edouard.; OLIVOLA, C.Y.; DE BLANC, M. (2009). Linguistic and metalinguistic intuitions in the philosophy of language. *Analysis*, 69, p. 689-694.
- MALLON, Ron *et al.* (2009). Against arguments from reference. *Philosophy and Phenomenological Research*, 79, 2, p. 332-356.
- MALMGREN, Anna-Sara. (2013). Review of Herman Cappelen, *Philosophy Without Intuitions*. *Notre Dame Philosophical Reviews*. 2013.04.27. <http://ndpr.nd.edu/news/39362-philosophy-without-intuitions/>
- MIKHAIL, John. (2011). *Elements of Moral Cognition: Rawls' Linguistic Analogy and the Cognitive Science of Moral and Legal Judgment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MILL, J.S. (1873). *Autobiography*. London: Longmans, Green, Reader & Dyer.
- NADELHOFFER, Thomas.; FELTZ, Adam. (2008). The actor-observer bias and moral intuitions: adding fuel to Sinnott-Armstrong's fire. *Neuroethics*, 1(2), p. 133-144.
- NADO, Jennifer. (2011). *Intuition and Inquiry*. Ph.D. dissertation, Department of Philosophy, Rutgers University.
- _____ (2014). Why intuition? *Philosophy & Phenomenological Research*, 86, p. 15-41.
- NAHMIAS, Eddy.; COATES, D. J.; KVARAN, Trevor. (2007). Free will, moral responsibility and mechanism: experiments on folk intuitions. *Midwest Studies in Philosophy*, 31, p. 214-241.
- NICHOLS, Shaun.; KNOBE, Joshua. (2007). Moral responsibility and determinism: the cognitive science of folk intuitions. *Nous*, 41, p. 663-685.
- PETRINOVICH, Lewis.; O'NEILL, Patricia. (1996). Influence of wording and framing effects on moral intuitions. *Ethology and Sociobiology*, 17, p. 145-171.
- PLATO (1892). *The Dialogues of Plato*. Translated by JOWETT, B. New York: Random House.
- PUST, Joel. (2000). *Intuitions as Evidence*. New York: Garland Publishing.
- ROSE, David.; DANKS, David. (2013). In defense of a broad conception of experimental philosophy. *Metaphilosophy*, 44, p. 512-532.
- SCHNALL, Simone. *et al.* (2008a). Disgust as embodied moral judgment. *Pers Soc Psychol Bull.* 34(8), p. 1069-1109.

SCHNALL, Simone.; BENTON, Jennifer.; HARVEY, Sophie. (2008b). With a clean conscience: cleanliness reduces the severity of moral judgments. *Psychological Science*, 19, p. 1219–1222.

SCHULZ, Eric.; COKELY, Edward.; FELTZ, Adam. (2011). Persistent bias in expert judgments about free will and moral responsibility: A test of the expertise defense. *Consciousness and Cognition*, doi:10.1016/j.concog.2011.04.007.

SCHWITZGEBEL, Eric.; CUSHMAN, Fiery. (2011). Expertise in moral reasoning? Order effects on moral judgment in professional philosophers and non-philosophers. *Mind and Language*, 27, 135-153.

SHOPE, R. K. (1983). *The Analysis of Knowing. A Decade of Research*. Princeton: Princeton University Press.

SIDGWICK, Henry. (1874). *The Methods of Ethics*. London: Macmillan.

_____ (1876). Professor Calderwood on intuitionism in morals. *Mind*, 1(4), p. 563-566.

SINGER, Peter. (1974). Sidgwick and reflective equilibrium. *Monist*, 58, p. 490–517.

SINNOTT-ARMSTRONG, Walter. (2008). Framing moral intuitions. In: SINNOTT-ARMSTRONG, W. (Org.). *Moral Psychology*. vol. 2. *The Cognitive Science of Morality: Intuition and Diversity*. Cambridge, MA: MIT Press.

SOSA, Ernest. (2007a). Experimental philosophy and philosophical intuition. *Philosophical Studies*, 132, p. 99-107.

_____ (2007b). Intuitions: their nature and epistemic efficacy. *Grazer Philosophische Studien*, 74 (1), p. 51-67.

_____ (2009). A defense of the use of intuitions in philosophy. In: MURPHY, Dominic.; BISHOP, Michael. (Org.). *Stich and His Critics*. Oxford: Wiley-Blackwell, p. 101-112.

STARMANS, Cristina.; FRIEDMAN, Ori. (2012). The folk conception of knowledge. *Cognition*. 124(3), p. 272-283.

_____ (2014). No, no, KNOW! Academic disciplines disagree about the nature of knowledge. Trabalho apresentado em *Common-Sense Beliefs and Lay Theories Preconference at the Fifteenth Annual Society for Personality and Social Psychology*, Austin, Texas.

STICH, Stephen. (1988). Reflective equilibrium, analytic epistemology and the problem of cognitive diversity. *Synthese*, 74.

_____ (1990). *The Fragmentation of Reason*. Cambridge, MA: MIT Press.

_____ (1996). *Deconstructing the Mind*. Oxford: Oxford University Press.

_____ (no prelo). “What is experimental philosophy?” *Annals of the Japan Association of Philosophy of Science* (em japonês).

STICH, Stephen.; TOBIA, Kevin. (2016). Experimental philosophy and the philosophical tradition. *In: BUCKWALTER, Wesley; SYTSMA, J. (Org.). A Companion to Experimental Philosophy*. Oxford: Blackwell, p. 5-21.

_____ (no prelo). Intuition and its critics. *In: BROWN, Michael; FEHIGE, Yiftach; STUART, James. (Org.) The Routledge Companion to Thought Experiments*.

STROHMINGER, Nina.; LEWIS, Richard.; MEYER, David. (2011). Divergent effects of different positive emotions on moral judgment. *Cognition*, 119, p. 295-300.

SUNSTEIN, C.R. (2005). Moral heuristics. *Behavioral and Brain Sciences*, 28, p. 531-573.

SWAIN, Stacey.; ALEXANDER, Joshua.; WEINBERG, Jonathan. (2008). The instability of philosophical intuitions: Running hot and cold on Truetemp. *Philosophy and Phenomenological Research*, 76, p. 138-155.

THOMSON, Judith Jarvis. (1985). The trolley problem. *The Yale Law Journal*, 94, 6, p. 1395-1415.

TOBIA, Kevin.; BUCKWALTER, Wesley; STICH, Stephen. (2013a). Moral intuitions: are philosophers experts? *Philosophical Psychology*, 26 (5), 629-638.

TOBIA, Kevin.; CHAPMAN, Gretchen.; STICH, Stephen. (2013b). Cleanliness is next to morality, even for philosophers. *Journal of Consciousness Studies*.

TOBIA, Kevin.; STICH, Stephen. (ms.) *A Big and Bold Argument About Expert Intuition*.

TVERSKY, Amos.; KAHNEMAN, Daniel. (1981). The framing of decisions and the psychology of choice. *Science*, 211, p. 453-458.

VAESEN, Kris.; PETERSON, Martin.; VAN BEZOOIJEN, Bart. (2013). The reliability of armchair intuitions. *Metaphilosophy*, 44(5), p. 559-578.

VALDESOLO, Piercarlo.; DESTENO, David. (2006). Manipulations of emotional context shape moral judgment. *Psychological Science*. 17, p. 476-477.

WEINBERG, Jonathan. (2007). How to challenge intuitions empirically without risking skepticism. *Midwest Studies in Philosophy*, 30, p. 318-343.

_____ (2014). Cappelen between a Rock and a Hard place. *Philosophical Studies*, 171, p. 545-553.

WEINBERG, Jonathan.; ALEXANDER, Joshua. (2014). The challenge of sticking with intuitions through thick and thin. *In: BOTTH, Anthony; ROWBOTTOM, Darrell. (Org.). Intuition*. Oxford: Oxford University

Press, p. 187-212.

WEINBERG, Jonathan.; NICHOLS, Shaun.; STICH, Stephen. (2001). Normativity and epistemic intuitions. *Philosophical Topics*, 29, p. 429-460.

WEINBERG, Jonathan. *et al* (2012). Restrictionism and reflection: challenge deflected, or simply redirected? *The Monist*, 95(2), p. 200-222.

WIEGMANN, Alex.; OKAN, Yasmina; NAGEL, Jonas. (2012). Order effects in moral judgment. *Philosophical Psychology*, 25(6), 813-836.

WILLIAMSON, Timothy. (2004). Philosophical 'intuitions' and skepticism about judgment. *Dialectica*, 58 (1), p. 109-153.

_____ (2005). Armchair philosophy, metaphysical modality and counterfactual thinking. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 105, p. 1-23.

_____ (2007). *The Philosophy of Philosophy*. Oxford: Blackwell Publishing.

_____ (2011). Philosophical expertise and the burden of proof. *Metaphilosophy*, 42(3), p. 215-229.

ZHONG, C.B.; STREJCEK, Brendan.; SIVANATHAN, Niro. (2010). A clean self can render harsh moral judgment. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46, p. 859-862.

RESUMO

O apelo à intuição desempenhou até o presente um papel importante em debates filosóficos. Pesquisas recentes em filosofia experimental examinam as intuições filosóficas empiricamente, os fatores que as afetam e os mecanismos psicológicos e neurológicos que as subjazem. Distinguimos entre dois modos comuns nos quais as intuições são usadas como evidência filosófica e apresentamos estudos experimentais filosóficos que problematizam esses usos das intuições filosóficas. Esses estudos indicam a influência de diversos fatores prima facie irrelevantes, como a linguagem e a ordem de apresentação. Consideramos três versões da “defesa do especialista” da intuição filosófica e identificamos deficiências nessas defesas. Não concluímos que as intuições nunca devam ser usadas como evidência filosófica. Em vez disso, argumentamos que a filosofia experimental, amplamente concebida, tem um papel crucial a desempenhar na avaliação e na melhoria da metodologia filosófica.

Palavras-chave: metodologia filosófica; filosofia experimental; intuição; defesa do especialista; análise conceitual.

ABSTRACT

Appeal to intuition has played an important role in philosophical debates. Recent research in experimental philosophy empirically investigates philosophical intuitions, the factors that affect them, and the psychological and neurological mechanisms that underlie them. We distinguish between two common ways in which intuitions are used as philosophical evidence and present experimental philosophical studies that problematize these uses of philosophical intuitions. These studies indicate the influence of various prima facie irrelevant factors, such as language and order of presentation, on philosophical intuitions. We consider three versions of the “expertise defense” of philosophical intuition and identify deficiencies in those defenses. We do not conclude that intuitions should never be used as philosophical evidence. Instead, we contend that experimental philosophy, broadly construed, has a crucial role to play in assessing and improving philosophical methodology.

Keywords: philosophical methodology; experimental philosophy; intuition; expertise defense; conceptual analysis.

Recebido em outubro de 2014
Aprovado em janeiro de 2015